



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA  
05.11.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
1 de

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## SUMÁRIO

- ② [DIA DELA – O Popular](#)
- ② [KAMALA OU O SILÊNCIO? - O Popular](#)
- ② [GASTO PÚBLICO É IMPULSO E AMEAÇA AO EMPREGO – Folha de São Paulo](#)
- ② [PEC DE LULA ESBARRA NA POLÍTICA QUE EXPLORA MEDO E SANGUE - Folha de São Paulo](#)
- ② [PASTOR REBELDE DESAFIA CLÃ BOLSONARO - Folha de São Paulo](#)
- ② [QUEM É MELHOR PARA O BRASIL: TRUMP OU KAMALA? - Folha de São Paulo](#)
- ② [ENTENDA EM 5 PONTOS JULGAMENTO NO STF QUE PODE LEVAR COLLOR À PRISÃO – Folha de São Paulo](#)
- ② [MORAES INCLUI INVESTIGAÇÃO SOBRE EMAILS APAGADOS DE MAURO CID EM INQUÉRITO SOBRE GOLPE – Folha de São Paulo](#)
- ② [ENTENDA A PEC DA SEGURANÇA DO GOVERNO LULA E AS CRÍTICAS E SUGESTÕES DE GOVERNADORES - Folha de São Paulo](#)
- ② [PARA STJ, REGIME DE TELETRABALHO NÃO DÁ DIREITO A ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – O Hoje](#)
- ② [RESULTADO DA ELEIÇÃO PÕE EM DÚVIDA RELAÇÃO ENTRE GOVERNOS DO BRASIL E EUA – Correio Braziliense](#)
- ② [GOVERNO REÚNE MINISTROS HOJE EM MEIO A EXPECTATIVA COM CORTE DE GASTOS – Correio Braziliense](#)
- ② [DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE NA AGENDA DO G20 – Correio Braziliense](#)
- ② [LULA CONSULTA MINISTROS DE FORA DA ÁREA ECONÔMICA SOBRE CORTE DE GASTOS – Valor Econômico](#)
- ② [COMISSÃO DE JURISTAS PROPÕE REGRAS PARA LITÍGIOS ESTRUTURAIS – Valor Econômico](#)
- ② [TJMG SUSPENDE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO GRUPO PATENSE - Valor Econômico](#)
- ② [IA: A CHAVE PARA REDUZIR A INSEGURANÇA JURÍDICA - Valor Econômico](#)
- ② [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

**JORNAL – O POPULAR – 05.11.2024 – PÁG. 03**

**Dia dela**

*PX Silveira*

Salve 5 de novembro, o Dia Nacional da Cultura. À vista do passado recente, é um dia para ninguém colocar defeito, mesmo porque sua data marca também o nascimento de Rui Barbosa (1849), um dos homens mais influentes na história do Brasil República, seja no âmbito político ou cultural. Bem reparando, a Cultura está indo bem, convalescendo depois de se recuperar do tombo de ter seu ministério extinto, seus mecanismos questionados e seus orçamentos estrangulados.

Felizmente, novos tempos trouxeram a todos rincões do país uma certa bonança e provaram que a Cultura sabe resistir aos maus-tratos e, sobretudo, sabe se reinventar. Ela é como o raio de um sol irresistível que faz das paredes, peneiras. E, hoje, já revigorada, podemos constatar que até governos de direita a tratam bem, e por que não? Ou ao menos mostram ter para com ela boas intenções.

Para comemorar em casa o dia de hoje, temos no cardápio goianiense, entre tantas outras atrações, a abertura de uma exposição no museu de arte da cidade, o MAG, com lançamento de livro biográfico sobre o artista em questão. Arte e literatura contemplando a uma só vez dois setores em que Goiás sempre esteve muito bem representado, haja visto Hugo de Carvalho Ramos inspirando o regionalismo em Guimarães Rosa, Cora Coralina fazendo medrar poesias dos becos e ouvindo as palmas de Carlos Drummond de Andrade, Bernardo Élis na Academia Brasileira de Letras, José J. Veiga cavalgando o Platiplanto e Gilberto Mendonça Teles fazendo da poesia estudos aprofundados, entre tantos outros vates literários. E pintores participando da Bienal de Veneza e presentes nos acervos do MOMA, em Nova York, por exemplo, além de esparramarem suas artes pelo mundo afora. É de se apostar, para ganhar, que neste exato momento tem gente no exterior passando os olhos sobre a superfície de obras pintadas por artista locais, que na verdade já se tornaram Glo-cais.

Sim, a Cultura e suas miríades de manifestações resistem e passam bem. Mas é mais graças a seus protagonistas que a seus supostos administradores públicos. Na verdade, se a política resolvesse ajudar, a Cultura poderia prestar um serviço surpreendente para o desenvolvimento social, se mostrando como ela realmente é, não um setor a espera de uma política pública razoável, mas uma dimensão que envolve todos os setores de uma administração pública discernida e clarividente. Sim, é o dia dela e ela respira, passa bem e tem recebido uma atenção orçamentária como nunca dantes. Fato é que, sem contar com as leis de incentivo, tais como a Rouanet e, localmente, a Lei Goyazes e o Fundo de Cultura, as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc estão despejando um montante de recursos inéditos, ainda que por vezes represado em algumas regiões do país ou com fluxos comprometidos por editais de seleção defasados, que pedem maior flexibilidade e compreensão do meio a que devem servir.



A eficiência de execução, no caso, se tornou um gargalo que é preciso ser superado pelas mãos nem sempre operosas de secretários do setor. Sem lembrar que ambas as leis, Gustavo e Blanc, existem unicamente por iniciativa dos legisladores que auscultaram a população, as propuseram e as aprovaram, e não graças aos executivos que agora as administram e ganham os louvores, mesmo quando os recursos poderiam ser muito mais ágeis e criativamente distribuídos. À direita e à esquerda, estamos vivendo e aprendendo. É mais um ano. Com a Cultura, será sempre melhor.

**JORNAL – O POPULAR – 05.11.2024 – PÁG. 07**

### **Kamala ou o silêncio?**

*Eliane Cantanhêde*



Não é prudente, nem da tradição diplomática, que presidentes assumam publicamente apoio a um candidato em outro país, mas as eleições nos Estados Unidos são tão decisivas e estão tão indecisas que o presidente Lula não tinha alternativa. Sua defesa da democrata Kamala Harris e sua crítica aberta a Donald Trump fazem sentido, pois o que está em jogo é a democracia, e não apenas a norte-americana.

Tecnicamente, digamos assim, a manifestação de Lula é um erro diplomático um tanto óbvio, já que Trump tem tanta chance de vencer quanto Kamala. E se ele vencer? Como ficarão as relações presidenciais e comerciais, os investimentos e acordos de cooperação?

Para quem condena a fala de Lula, a situação pode complicar. Para os que defendem, não vai fazer diferença, já que as parcerias avançam na raia diplomática e na iniciativa privada, independente de quais sejam os presidentes. E, afinal, Lula falar não muda nada, Trump já teria má vontade com ele de qualquer jeito. Além da defesa da democracia, dois motivos liberaram Lula para apoiar Kamala. Jair Bolsonaro apoiava Trump entusiasticamente e seu filho 03, o deputado Eduardo, tem acesso ao ex-presidente quando vai aos EUA para articulações da direita internacional. De outro lado, Joe Biden não titubeou ao apoiar a posse de Lula diante da ameaça de golpe bolsonarista: os EUA foram o primeiro país a reconhecer, horas depois da eleição, a vitória de Lula em 2022. Como agora, em nome da democracia.

Tradicionalmente, os democratas são mais protecionistas e os republicanos, mais liberais - logo, mais convenientes ao Brasil Hoje, porém, a questão vai muito além de comércio, após a invasão inédita do Capitólio, com estímulo ostensivo de Trump, acender o sinal amarelo em todo o mundo democrático e, de alguma forma, ser replicada no Brasil pelos bolsonaristas que depredaram, no 8 de janeiro, Planalto, Congresso e Supremo. Não é mera coincidência que Trump, Bolsonaro, o argentino Javier Milei e até o ainda inexplicável Pablo Marçal, entre tantos outros mundo afora, tenham métodos, discursos, ameaças e alvos semelhantes e usem a internet com a mesma volúpia e falta de pudor. Elon Musk, aliás, paira sobre eles e despeja fortunas na compra de votos descarada para Trump.

A diferença é que, como o ridículo Nicolas Maduro ameaça só a Venezuela, também Bolsonaro é um perigo só para o Brasil e Milei, só para a Argentina. Trump, não. É um risco para o mundo. Mais do que induzir os EUA e os americanos para o terraplanismo e o desdém aos valores democráticos e aos avanços civilizatórios, Trump, se eleito, terá impacto em todos os continentes e fortalecerá os "bolsonarismos" (no plural mesmo) no Brasil. O silêncio de Lula não mudaria nada.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.11.2024 – PÁG. A4**

### **Gasto público é impulso e ameaça ao emprego**

Expansão fiscal alavanca mercado de trabalho, mas pressiona dívida pública e inflação e fará o BC subir os juros de novo

A grande boa notícia da economia brasileira continua a ser o desempenho do mercado de trabalho, com forte geração de novos postos e sólido crescimento da renda.

No trimestre encerrado em setembro, o desemprego caiu para 6,4%, a menor taxa para o período desde o início da série histórica do IBGE, em 2012. A cifra foi menor apenas nos meses finais de 2013, quando atingiu 6,3%.



A população ocupada atingiu novo recorde, com 103 milhões de pessoas em atividade. No trimestre, 1,2 milhão de novas vagas foram abertas. Excetuada a queda sazonal da agricultura, todos os principais setores — indústria, comércio e serviços — mostram dinâmica positiva. Já o número de desempregados ficou em 7 milhões, o menor contingente desde janeiro de 2015.

As razões para tal desempenho ainda são objeto de debate. De mais estrutural, é plausível estar em curso o impacto positivo da reforma trabalhista, que pode ter incentivado a contratação formal ao tornar as regras mais flexíveis. Quanto aos efeitos mais imediatos, decerto há o impulso dos gastos públicos em alta — e daí surge a principal vulnerabilidade da conjuntura atual.

Puxado pelo consumo, sem concomitante aumento da produção, e pela expansão fiscal desmesurada, o PIB deve crescer 3% neste ano, mas as projeções para 2025 e os anos seguintes são de perda de ritmo.

Com baixa ociosidade e pressões inflacionárias crescentes, a política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) caminha para uma má combinação de desconfiança em relação à evolução da dívida pública, de um lado, e pressões inflacionárias crescentes, que forcem a alta dos juros, de outro.

O IPCA deve terminar o ano em torno de 4,5%, o teto do intervalo ao redor da meta de 3% perseguida pelo Banco Central. Com a escalada do dólar e a demanda em alta, as expectativas para a inflação em 2025 estão em 4%.

Diante desse quadro, nesta semana o Banco Central deverá novamente elevar seus juros, hoje em 10,75% anuais. O mercado espera uma alta de 0,5 ponto percentual e já projeta uma taxa básica em torno de 13%. A continuidade dessas tendências é temerária, pois coloca em risco os empregos e a renda. A esta altura não deveria haver dúvida de que cabe à administração petista estancar o problema com um ajuste sério e crível nos seus gastos —uma inevitabilidade que será tão mais custosa quanto mais demorar a ser vencida a resistência de Lula e da ala política do Planalto.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.11.2024 – PÁG. A5**

### **PEC de Lula esbarra na política que explora medo e sangue**

Até Tarcísio concorda com o petista: crime organizado age nas instituições do país inteiro

*Alvaro Costa e Silva*



Cláudio Castro deixou a reunião em torno da PEC da Segurança Pública reclamando. Ele e outros governadores bolsonaristas, alguns dos quais nem compareceram ao Palácio do Planalto, não aceitam a proposta de a PF colaborar nas investigações sobre organizações criminosas e milícias e a que dá poderes ostensivos à PRF. Castro teme a perda de autonomia e que o pacto federativo crie "uma bagunça maior".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, durante evento de entrega de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Magé, interior do

estado do Rio

Bagunça? Não é novidade para ninguém que Cláudio Castro está mais perdido que trabalhador em tiroteio na avenida Brasil. Não sabe o que quer nem o que fazer. Foi ele quem pediu ajuda ao governo federal, depois que a PM bateu em retirada num confronto com traficantes evangélicos. De tanto permitir que secretarias, delegacias e batalhões fossem loteados por políticos, o governador não tem mais controle sobre as polícias. Com dois anos de mandato pela frente, o seu cafezinho já é servido frio.

Lula disse o óbvio no encontro. O crime organizado conseguiu se infiltrar em todo o território brasileiro – não só no Rio, como muita gente pensa–, nas instituições e nas eleições. Em dia de postura moderada, o governador Tarcísio de Freitas concordou com o petista acrescentando mais duas áreas invadidas: usinas de etanol e clubes de futebol.

Por coincidência –ou não teria sido coincidência?– a reunião ocorreu no dia em que um matador de aluguel fabricado dentro da PM foi condenado pelo homicídio de Marielle Franco. A decisão abre caminho para o julgamento dos acusados de serem os mandantes do crime político –um deputado federal e um conselheiro do TCE (ambos suspeitos de ligação com milícias) e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio.

Se bem azeitada, a PEC é necessária. Durante mais de 20 anos os governos do PSDB e do PT, para não se queimar, deixaram a batata quente da segurança na mão dos estados. Foi um erro cujo conserto não será fácil e levará tempo. Mas a sua aprovação no Congresso será mais difícil ainda. Os políticos que exploram o medo e o sangue têm outros planos. Quem sofre –sempre– é a população.

### Pastor rebelde desafia clã Bolsonaro

Pastor Otoni de Paula expõe insatisfação de religiosos com a liderança do ex-presidente

*Juliano Spyer*

Embora a campanha disruptiva de Pablo Marçal tenha atraído mais atenção em São Paulo, o cenário no Rio de Janeiro também reflete a relação complexa entre religião e política no Brasil. Lá, o bolsonarismo religioso chegou a rejeitar o próprio bolsonarismo.

O deputado federal Otoni de Paula, vice-líder do governo de Bolsonaro e da bancada evangélica, apoiou Eduardo Paes contra o candidato do ex-presidente. Depois orou por Lula e agora faz mea culpa ao criticar a instrumentalização da fé. É um fenômeno isolado ou uma tendência nova?



Vale lembrar que Otoni não foi o único a apoiar Paes. Pastores influentes como Cláudio Duarte e Josué Valandro Junior (da igreja de Michelle Bolsonaro) também o fizeram. Fernanda Brum, estrela gospel, agradeceu publicamente ao prefeito, o que soou como apoio implícito. Otoni admite que o afastamento do bolsonarismo se deve ao fato de ter sido preterido na disputa pela Prefeitura do Rio, mas sua postura nos últimos meses sugere estratégia mais do que mero ressentimento.

A insatisfação da liderança religiosa com Bolsonaro é real, e o desempenho fraco de seus representantes reforça essa frustração. O cientista político Vinicius do Valle, do Observatório Evangélico, observa que a bancada evangélica encolheu, e que o número de candidatos identificados como "pastor" diminuiu, enquanto independentes como Marçal assumiram a defesa do conservadorismo.

Líderes das igrejas mais influentes do país apoiaram Bolsonaro em 2018 e 2022, a ponto de causar divisões internas e até expulsar membros que não o seguiam. Contudo, nas eleições municipais, Bolsonaro priorizou aliados de seu campo, como o ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem no Rio e o coronel da PM Ricardo Araújo como vice de Nunes em São Paulo. Religiosos ficaram em segundo plano.

Além disso, a postura ambígua de Bolsonaro como líder gerou insatisfação. Em São Paulo, foi menos atuante do que Lula e até abandonou Silas Malafaia no tiroteio midiático com Marçal. Isso gerou a percepção de que Bolsonaro passou a integrar o sistema que prometera combater.

Otoni de Paula, por outro lado, tem potencial para se conectar com o evangélico comum. Ele domina o vocabulário do pentecostalismo popular e, vinculado ao poderoso Ministério Madureira da Assembleia de Deus, parece contar com o respaldo de suas lideranças para se projetar como uma nova liderança nacional. E como a massa evangélica reage a esse reposicionamento de Otoni? A mudança de lado intensifica o ceticismo em relação ao envolvimento político de líderes religiosos. Fica mais evidente ao crente comum que os discursos de seus líderes se adaptam às conveniências do momento.

Além disso, a mea culpa de Otoni, condenando o uso político da fé, encontra eco entre evangélicos que defendem a separação entre igreja e governo, e também dos que estão cansados da radicalização, do discurso de "bandido bom é bandido morto" e das divisões familiares causadas pelo extremismo. O impacto dessas falas ainda é difícil de medir. Muitos fiéis continuam desconfiados, especialmente após terem enfrentado perseguições dentro das igrejas por não apoiarem Bolsonaro. Ainda assim, Otoni sinaliza que a liderança evangélica pode ser pragmática: está disposta a admitir erros e reconsiderar seu alinhamento político.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.11.2024 – PÁG. A14**

### **Quem é melhor para o Brasil: Trump ou Kamala?**

Ambos são protecionistas e entendem que é preciso conter a expansão econômica da China

*Joel Pinheiro da Fonseca*



Lula não deveria ter expressado sua torcida na eleição americana. Seja quem for o próximo presidente, é de nosso interesse ter uma boa relação. Ter chamado Trump de contrário à democracia, fascista e até mesmo nazista em nada nos ajudará se ele for eleito.

Dito isso, é fato que, no que diz respeito à democracia liberal, Kamala é melhor que Trump. O mundo vive um retrocesso democrático, que também se faz sentir no Brasil. A eleição de Trump será um duro golpe a todo o esforço de proteger as regras do processo democrático e as salvaguardas institucionais contra movimentos populistas que buscam derrubá-las. Ele não só criará um momentum favorável para o populismo de direita como também poderá criar embaraços para o STF, contra quem Elon Musk deve acalentar desejos de vingança.

Outra pauta em que Kamala é melhor para nós é o meio ambiente. Para Trump, restrições ambientais são um estorvo inútil. Ele deve desregular a economia americana para crescer mais rápido no curto prazo e não participará de nenhuma iniciativa global contra a mudança climática.

O Brasil já paga um preço alto pelas mudanças climáticas. Nossos esforços de preservação da Amazônia precisam ser devidamente remunerados pelo resto do mundo, e nossa melhor chance dessa pauta progredir é com Kamala na Presidência. Um mundo no qual o meio ambiente é prioridade é um mundo em que o Brasil tem vantagens comparativas. Nem Kamala, nem Trump (nem Lula) parecem querer novos acordos comerciais, o que é uma pena. Ambos são protecionistas e ambos entendem que é preciso conter a expansão econômica chinesa, mas não da mesma maneira.

Para Trump, todo o resto do mundo é composto de possíveis competidores dos EUA. Ele promete "tirar empregos" não só da China, como da Alemanha e do Reino Unido. Kamala deve favorecer seus aliados e melhorar relações com o continente. Com a estabilidade democrática do México em dúvida, o Brasil cresce como alternativa do nearshoring. Com Kamala, essa alternativa provavelmente dependerá de cumprirmos critérios trabalhistas e ambientais, incentivo que é bom para o nosso desenvolvimento sustentável.

Não que Trump seja inteiramente ruim para nós. Sua maior dureza com a China cria uma oportunidade para o Brasil, já que, se o agro americano reduz suas vendas para a China, o nosso cresce. Ao mesmo tempo, nos deixará mais dependentes da China. Trump enfraquecerá ainda mais os organismos multilaterais que, em algum momento, pareciam ser o futuro da governança global. Com ele, é cada um por si. Kamala tende a ser mais favorável (ou, ao menos, menos nociva) a um mundo baseado em regras e diplomacia, seja para o comércio, seja para o meio ambiente. Trump pode colocar mais medo nos inimigos dos EUA, mas Kamala oferece mais oportunidades para seus aliados.

Trump na Presidência pode ser mais desafiador para o Brasil, ambos terão seus riscos e suas oportunidades que caberá ao país saber aproveitar. Como sempre, nosso desenvolvimento (ou falta dele) depende mais de nós do que de qualquer fator externo, embora um vento a favor seja sempre bem-vindo. Lula poderia torcer menos pela eleição dos EUA e atacar mais os problemas do Brasil.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.11.2024 – PÁG. A15**

### **Entenda em 5 pontos julgamento no STF que pode levar Collor à prisão**

Ministros do Supremo discutem questão processual sobre decisão que condenou ex-presidente por corrupção passiva

*Arthur Guimarães*

O STF (Supremo Tribunal Federal) julga nesta semana um recurso da defesa do ex-presidente da República Fernando Collor de Mello contra decisão da corte que o condenou pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O processo pode levá-lo à prisão.

O tribunal, em 2023, condenou Collor a oito anos e dez meses de reclusão por receber R\$ 20 milhões para viabilizar de modo irregular contratos da BR Distribuidora com a UTC Engenharia para a construção de bases de distribuição de combustíveis. A





## CLIPPING

DATA  
05.11.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
9 de

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

denúncia, apresentada em 2015 pelo então procurador-geral Rodrigo Janot, é um desdobramento da Operação Lava Jato. O ex-presidente não ocupa mais cargo público desde o ano passado, quando se encerrou seu mandato de senador por Alagoas. Ele permanece filiado ao PRD (ex-PTB).

A defesa do ex-presidente sustenta que os ministros erraram ao definir a pena referente ao crime de corrupção passiva. No julgamento ocorrido no ano passado, não houve consenso quanto a esse ponto. Os advogados pedem a aplicação da pena menor. O recurso é apreciado em plenário virtual em sessão prevista para terminar na próxima segunda-feira (11). O placar está empatado em 2 a 2. Gilmar Mendes e Dias Toffoli votaram para acolher os pedidos dos advogados. Alexandre de Moraes e Edson Fachin já apresentaram voto na direção contrária.

### **Entenda o julgamento em cinco pontos:**

Collor foi acusado de receber R\$ 20 milhões para viabilizar de maneira irregular a celebração de contratos de construção de bases de distribuição de combustíveis entre a empreiteira UTC Engenharia e a BR Distribuidora. Os ilícitos teriam ocorrido de 2010 a 2014, quando ele era senador. De acordo com a denúncia, o esquema operado no interior da então subsidiária de Petrobras contou com o auxílio de Luis Pereira Duarte de Amorim e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, corréus na ação.

#### **Julgamento**

Em 2023, por 8 votos a 2, os ministros do STF decidiram condenar o ex-presidente a oito anos e dez meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 90 dias-multa pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Os ministros também entenderam que Collor integrava uma associação criminosa, o que poderia levar a uma pena de 2 anos de reclusão, mas reconheceram que o réu não poderia ser punido por esse crime em razão de prescrição.

No julgamento no ano passado, o tribunal decidiu que todos os ministros participariam da votação do cálculo da pena a ser aplicada, até mesmo os que haviam ficado vencidos em relação ao mérito. Na ocasião, houve divergência em relação à dosimetria para o crime de corrupção passiva. Venceu a proposta de Alexandre de Moraes de 4 anos e 4 meses de reclusão. Esse foi considerado o "voto médio" —técnica pela qual os ministros entram em acordo quando não há consenso. Outras vertentes propunham 4 anos ou 5 anos e 9 meses.

A defesa de Collor opôs embargos de declaração contra a decisão do Supremo —uma espécie de recurso que visa sanar omissões, obscuridades e contradições nos julgados. Ao final, pediu a improcedência da ação penal por falta de provas. Argumentou que houve erro na contagem dos votos referentes à dosimetria da pena do crime de corrupção passiva e pediu a imposição da pena menor. Isso, segundo a defesa, deveria fazer o crime prescrever, livrando Collor dessa punição.

#### **Efeitos**

A eventual redução pode alterar o cumprimento da pena final, deixando de ser em regime fechado e passando para semiaberto. Collor, além disso, é réu primário, o que pode converter a prisão em prestação de serviços comunitários.

O ex-presidente, que governou de 1990 a 1992, quando foi afastado em processo de impeachment e renunciou ao cargo, foi absolvido em 1994, também no STF, de acusação de corrupção passiva relativa a seu mandato na Presidência. Agora, ele pode apresentar mais recursos para atrasar o cumprimento da pena, como embargos de declaração, de modo a pedir mais esclarecimentos, e embargos infringentes, que questionam uma decisão não unânime. Esses instrumentos não alteram o resultado do processo.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.11.2024 – PÁG. A16**

### **Moraes inclui investigação sobre emails apagados de Mauro Cid em inquérito sobre golpe**

Ministro do STF alega que exclusão das mensagens de endereço eletrônico já foi objeto da delação premiada do ex-ajudante

*Caio Crisóstomo*



O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes incluiu uma investigação sobre os emails funcionais apagados de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), no inquérito de golpe de estado.

Na decisão, Moraes alega que o suposto indício crime que era investigado na exclusão de emails funcionais por parte de Mauro Cid tem relação com a delação premiada firmada por ele com a PF (Polícia Federal) em setembro de 2023.

Assim, determinou que isso fosse incluído no inquérito sobre golpe de estado, que está em estágio mais avançado. Na mesma decisão, Moraes mandou arquivar a ação que tratava apenas dos emails, que fora aberta após pedido da Procuradoria da República no Distrito Federal. A PGR (Procuradoria-Geral da República) foi favorável à inclusão no inquérito de golpe e ao arquivamento da investigação por duplicidade. Também reforçou que a questão dos emails foi tratada na delação de Cid.

"Eventual ilícito decorrente do esvaziamento da caixa de correio eletrônico funcional está relacionado ao objeto da colaboração e, portanto, é de competência do Supremo Tribunal Federal", diz trecho da decisão sigilosa obtida pela Folha. Procurada, a defesa de Cid não se manifestou até a publicação deste texto.

A caixa de emails de Mauro Cid teria sido esvaziada antes de ele deixar o cargo no governo Bolsonaro, de acordo com reportagem publicada pelo site The Intercept Brasil, em julho de 2023, com base em dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. Mesmo após ter esvaziado, Mauro Cid continuou a receber em seu email funcional, já no governo Lula (PT), informações do GSI (Gabinete de Segurança Presidencial) sobre viagens do petista. O caso foi revelado durante a CPI do 8 de Janeiro.

A Casa Civil reconheceu atraso em desativar email de Mauro Cid. O ex-ajudante de ordens de Bolsonaro recebeu ao menos 11 mensagens com informações de viagens de Lula em 2023, incluindo trajetos internacionais. Um relatório enviado à CPI do 8 de Janeiro mostra que Cid tentou acessar ao menos 99 vezes seu email funcional mesmo após a Casa Civil bloqueá-lo.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.11.2024 – PÁG. A42**

### **Entenda a PEC da segurança do governo Lula e as críticas e sugestões de governadores**

Proposta apresentada a governadores e integrantes do judiciário no Planalto modifica cinco artigos da Constituição

*Marianna Holanda / Renato Machado*

O presidente Lula (PT) apresentou, na quinta-feira (31), a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Segurança Pública a governadores, com mudança em cinco artigos da Constituição. Em linhas gerais, a proposta encabeçada pelo ministro Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) sugere que o Susp (Sistema Único de Segurança Pública) se torne algo como o SUS (Sistema Único de Saúde).



A ideia é dar à União o poder de estabelecer diretrizes gerais de política de segurança pública e penitenciária. A proposta também amplia competências da PF (Polícia Federal) e transforma a PRF (Polícia Rodoviária Nacional) em polícia ostensiva, além de constitucionalizar fundos ligados ao tema. Governadores, durante a reunião de apresentação, apresentaram outras propostas, como a estadualização das leis penais. O texto é um anteprojeto, porque ainda pode ser modificado ao longo das discussões, antes de ser enviado ao Congresso.

### **Sistema Único de Segurança Pública**

Como funciona: O Susp é uma lei aprovada em 2018 que visa fortalecer o trabalho integrado dos órgãos de segurança pública, promovendo uma atuação cooperativa, sistêmica e harmônica. Proposta: Dá ao governo federal o poder de estabelecer política nacional, com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que tem integrantes da União, dos estados e dos municípios. União também coordena o Susp e legisla sobre normas gerais de segurança pública, mas prevê possibilidade de estados também fazerem leis sobre o tema, que não se sobreponham às nacionais.

#### **Sistema Prisional**

Como funciona: O governo federal pode criar diretrizes, mas não impor que os estados as sigam. Também proporciona recursos e meios para financiar atividades do sistema penitenciário por meio do Fundo Penitenciário Nacional. Proposta: Nos mesmos dispositivos há mudança para segurança pública e para o sistema prisional. Está previsto o estabelecimento de um plano nacional e sua coordenação passaria a ser de prerrogativa federal, mas com diretrizes estabelecidas em conjunto com os demais entes.

#### **Fortalecimento da PF**



## CLIPPING

DATA  
05.11.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
12 de

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Como funciona: A PF pode investigar organizações criminosas e milícias quando o caso estiver ligado ao tráfico de drogas internacional, por exemplo. Proposta: Atribuir à PF, de forma constitucional, a investigação de organizações criminosas e milícias com repercussão interestadual e internacional, que exija repressão uniforme. Também autoriza apuração inclusive em matas, florestas, áreas de preservação, ou unidades de conservação.

Como funciona: A PRF atua em rodovias e, em conjunto com outras polícias, fora de rodovias com base em uma portaria. Proposta: Mudaria o nome da PRF para Polícia Ostensiva Rodoviária e a corporação passaria a atuar fora de rodovias, além de hidrovias e ferrovias. Também prevê que a polícia poderá prestar auxílio, emergencial e temporário às forças de segurança estaduais, quando requerido por seus governadores, algo que já ocorre hoje.

### Fundos

Como funciona: O Ministério da Justiça gerencia o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Nacional Penitenciário, com foco no sistema prisional e nas políticas de segurança pública dos estados, respectivamente. Proposta: Unificar o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Nacional Penitenciário, permitindo que os recursos do fundo de segurança pública também sejam utilizados no sistema prisional. Esses recursos hoje não podem ser contingenciados e isso não seria modificado.

### Sugestões e críticas dos governadores

O governador Tarcísio de Freitas (São Paulo) não criticou diretamente a proposta do governo Lula, que ainda analisará, mas sugeriu a criação de um grupo de trabalho para apresentar outras medidas sobre o tema e que haja um pacote de medidas, não apenas uma PEC. Ele demonstrou, assim como outros gestores estaduais, preocupação especial com lavagem de dinheiro de organizações criminosas em diferentes setores.

Já os governadores Cláudio Castro (Rio de Janeiro) e Ronaldo Caiado (Goiás) propuseram estabelecer a possibilidade de estados legislarem sobre os temas penais. Hoje essa prerrogativa é do Legislativo federal. A medida foi criticada pelo governador Elmano de Freitas (Ceará). Ele disse que deixará o arcabouço jurídico-legal do país ainda mais confuso.

**JORNAL – O HOJE – 05.11.2024 – PÁG. 10**

### **Para STJ, regime de teletrabalho não dá direito a adicional de insalubridade**

*Manoel L. Bezerra Rocha*

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, negou provimento ao recurso de servidores do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) que pretendiam receber os adicionais de insalubridade e periculosidade relativos ao período em que ficaram no regime de teletrabalho por causa da pandemia da Covid-19.



Segundo o relator do recurso no STJ, ministro Teodoro Silva Santos, não havendo disciplina específica dessa questão na legislação estadual, deve ser aplicada, por analogia, a lei que institui o regime jurídico dos servidores civis federais. Ele observou

que, nos termos do artigo 68, parágrafo 2º, da Lei 8.112/1990, o adicional de insalubridade ou periculosidade pode ser suspenso se as condições que deram causa ao seu pagamento forem eliminadas.

Dessa forma – esclareceu o ministro –, quando o servidor passa a executar suas atividades em casa, no regime de teletrabalho, essas condições não mais persistem, o que faz cessar a razão para o pagamento do adicional. O magistrado ressaltou que a decisão do TJRO está em total consonância com a jurisprudência do STJ, que estabelece que o adicional noturno, o adicional de insalubridade e as horas extras possuem natureza propter laborem, pois são devidos aos servidores somente enquanto desempenharem atividades em horário noturno, expostos a agentes prejudiciais à saúde ou em jornadas além do expediente regular. "O adicional de insalubridade é vantagem pecuniária que decorre do exercício de funções especiais desempenhadas efetivamente em locais insalubres, ou seja, em ambiente nocivo à saúde ou em contato contínuo com substâncias tóxicas", disse.

### **Crianças desaparecidas**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai analisar o projeto (PL 1.889/2022, da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que obriga as empresas de telefonia celular a divulgarem alertas sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes. De acordo com o texto, as prestadoras do serviço deverão disparar mensagens aos usuários que estiverem na área do desaparecimento, em até uma hora após o comunicado das autoridades. O projeto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) com relatório da senadora Jussara Lima (PSD-PI).

### **Incentivo à atenção**

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que reduz o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) por até cinco anos para empresas que contribuírem com as despesas de idoso residente em asilo ou casa de repouso. Pelo texto, o programa Fazer o Bem Para a Melhor Idade tem o objetivo de ajudar a pagar as despesas dos idosos com rendimentos mensais inferiores ao limite de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que atualmente é de R\$ 2.824,00.

### **TCU permite Forças Armadas usar recursos de ANPP**

O Tribunal de Contas da União (TCU) respondeu, sob a relatoria do ministro Augusto Nardes, a uma consulta feita pelo Ministério da Defesa acerca da possibilidade de utilização de recursos oriundos das

prestações pecuniárias decorrentes de acordos de não persecução penal (ANPP) firmados pelo Ministério Público. Os valores serviriam para custeio de projetos dos Sistemas de Ensino das Forças Armadas que oferecem ensino equivalente à educação básica.

### **TRF1 nega liberdade a preso por explorar ouro em terras indígenas**

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a medida cautelar de monitoramento eletrônico, imposta na 1ª instância, a um réu preso em flagrante na região da Terra Indígena Sararé, no município de Conquista D'Oeste/MT, portando ilegalmente uma arma de fogo, munição, além de cerca de 530 gramas de ouro. Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Leão Alves, destacou que, “diante da reiteração criminosa do paciente na exploração

ilegal de ouro em terra indígena, é necessária a manutenção da monitoração eletrônica a fim de manter a autoridade policial informada quanto aos movimentos do paciente e, assim, resguardar a incolumidade da ordem pública”. Com isso, o Colegiado, por unanimidade, entendeu que não há, no momento, elementos concretos e suficientes a demonstrar a desproporcionalidade da medida determinada pela 2ª Vara da Subseção Judiciária de Cáceres/MT e negou o pedido de habeas corpus nos termos do voto do relator.



### **TJ-RJ**

Um suspeito estar inserido em uma comunidade dominada por uma facção criminosa não sustenta a acusação de que ele tenha cometido o crime de associação para o tráfico de drogas.

### **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.11.2024 – PÁG. 02**

#### **Resultado da eleição põe em dúvida relação entre governos do Brasil e EUA**

Governo Lula avalia que uma eventual vitória de Donald Trump contra Kamala Harris representaria a volta de políticas protecionistas, aumento da incerteza no cenário econômico internacional e, internamente, fortalecimento do bolsonarismo

*Victor Correia*

As eleições presidenciais desta terça-feira nos Estados Unidos põem em dúvida a relação entre os governos brasileiro e americano nos próximos anos. O ex-presidente republicano Donald Trump concorre com a atual vice-presidente democrata Kamala Harris. As pesquisas mais recentes mostram os dois empatados, portanto, não há um vencedor claro para a disputa. O cenário causa apreensão no entorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma eventual vitória de Trump representaria o retorno de políticas protecionistas, como as adotadas em seu primeiro mandato; aumento da incerteza no cenário econômico internacional; e, internamente, o fortalecimento do bolsonarismo.



Lula é crítico de Trump, a quem chamou de "mentiroso" durante a campanha eleitoral. O petista declarou sua preferência, primeiro, pelo presidente Joe Biden, que desistiu da reeleição, e, depois, pela atual candidata democrata. "Acho que Kamala ganhando as eleições é muito mais seguro para a gente fortalecer a democracia. É muito mais seguro", frisou o presidente, na sexta-feira passada, em entrevista ao canal francês TF1. "Nós vimos o que foi o presidente Trump no final de seu mandato fazendo aquele ataque ao Capitólio, uma coisa que era impensável acontecer nos Estados Unidos. Porque os Estados Unidos se apresentavam ao mundo como um modelo de democracia, e esse modelo ruiu. Agora, temos

o ódio destilado todo santo dia", acrescentou.

A expectativa no governo é de que Lula reconheça publicamente o resultado das eleições americanas e cumprimente o vencedor, seja Trump, seja Kamala. No caso de Trump, porém, pode decidir se ater a uma nota protocolar, em vez de um telefonema. Ele não deve repetir a atitude do ex-presidente Jair Bolsonaro, que demorou 38 dias para cumprimentar Joe Biden pela vitória em 2020. Bolsonaro passou um ano e meio tentando organizar um encontro com o presidente americano e conseguiu apenas em junho de 2022.

A maior preocupação do Planalto com uma vitória de Trump é o provável fortalecimento da extrema-direita brasileira, dada a proximidade entre os bolsonaristas e os aliados de Trump. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), por exemplo, está nos Estados Unidos para acompanhar a votação. Uma vitória do republicano em um cenário polarizado, semelhante ao visto no Brasil, pode abrir caminho para que Bolsonaro consiga ao menos eleger seu sucessor. No melhor dos casos, pode aumentar a pressão por uma anistia a si mesmo e aos presos pelos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Caso Trump vença, outro embate do governo brasileiro que pode se agravar é com o bilionário Elon Musk, dono de empresas como X, Tesla, SpaceX e Starlink. O empresário é um dos aliados mais próximos do republicano, que considera colocá-lo em um cargo num novo eventual governo. Em uma entrevista, Trump mencionou Musk como um futuro "ministro do corte de gastos". O bilionário também liderou uma série de críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, especificamente, ao ministro Alexandre de Moraes, após se recusar a cumprir ordens da Corte para suspender contas de bolsonaristas no X por disseminação de informações falsas e conteúdos antidemocráticos.

### **Análise**

O professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Goulart Menezes avalia que uma possível vitória de Trump preocupa o governo por dois motivos: a volta das políticas protecionistas que adotou em seu primeiro mandato, prejudicando o comércio com o Brasil; e o fortalecimento da extrema-direita no país e na América Latina. "Já com Kamala, o Brasil vê o desafio, sobretudo, de manter o diálogo de alto nível e, quem sabe, os Estados Unidos refaçam o mecanismo de interlocução. A Cúpula das Américas, depois de 30 anos, está muito desgastada e debilitada", disse Menezes.

O especialista também apontou que Lula deixou a prudência de lado ao declarar apoio a Kamala Harris na semana passada, mas acredita que a decisão foi tomada pelo fato de Trump ser da extrema-direita, e não de uma direita convencional como foi, por exemplo, com a reeleição de George W. Bush em 2004.

"Ele não só declarou sua preferência pela candidata democrata como fez considerações sobre seu oponente, falando da ameaça à democracia dos EUA e da América Latina que representa o Trump, e mencionou o nazismo e o fascismo", comentou o professor. "O presidente Lula decidiu, dada a declaração dele, não adotar essa prudência porque está bem claro que são dois projetos políticos muito diferentes", acrescentou.

Já o coordenador de Análise Política da consultoria BMJ, Lucas Fernandes, afirmou que o Brasil vai manter uma relação pragmática e sua posição de país aliado dos Estados Unidos independentemente de quem for o próximo presidente. O grande desafio será a política econômica, em certo grau isolacionista, que Trump anuncia em sua campanha. O republicano prometeu taxar fortemente os bens importados e deportar milhões de trabalhadores imigrantes, um pacote de medidas que pode levar a maior inflação, juros mais elevados e um dólar mais valorizado em relação ao real. Esse cenário pode prejudicar a balança comercial brasileira.

Ele também avaliou que uma vitória do republicano pode ter efeitos na política interna brasileira. "Para Lula, seria pior do ponto de vista doméstico, visando à disputa de 2026. Os dois (Trump e Bolsonaro) respondem pelo mesmo crime. Caso veja o processo com Bolsonaro avançando, você teria uma figura muito importante na Presidência dos Estados Unidos muito provavelmente fazendo declarações pró-Bolsonaro", destacou o analista. "Sem sombra de dúvida, isso fortalece discursos um pouco mais extremistas, antidemocráticos. Seja o Bolsonaro candidato, seja um aliado próximo. Isso poderia fazer um coro muito maior."

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.11.2024 – PÁG. 06**

### **Governo reúne ministros hoje em meio a expectativa com corte de gastos**

Ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, recebe integrantes da Esplanada nesta terça-feira em nova rodada de reuniões para tratar de pacote fiscal. Mudanças no pagamento de benefícios são algumas medidas em estudo

*Rafaela Gonçalves / Raphael Pati*

Em meio ao nervosismo do mercado com a política fiscal do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu na segunda-feira (4/11) com ministros no Palácio do Planalto para discutir medidas de contenção de despesas obrigatórias. O encontro começou por volta das 15h30 e terminou por volta das 18h45, sem nenhum anúncio oficial.

Houve apenas um comunicado da Fazenda, informando que, no encontro, "o quadro fiscal do país foi apresentado e compreendido, assim como as propostas em discussão". "Nesta terça-feira (5/11), outros ministérios serão chamados pela Casa Civil para que também possam opinar e contribuir no âmbito das mesmas informações", acrescentou a nota. Inicialmente, a reunião no Planalto contava apenas





## CLIPPING

DATA

05.11.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de

RESPONSÁVEL

Iris Helena

com a presença dos ministros integrantes da Junta de Execução Orçamentária (JEO), formada pelo chefe da Fazenda, Fernando Haddad; e as ministras do Planejamento, Simone Tebet; da Gestão, Esther Dweck, além do titular da Casa Civil, Rui Costa.

Mais tarde, foram convidados a se juntar os ministros da Educação, Camilo Santana; da Saúde, Nísia Trindade; e do Trabalho, Luiz Marinho. Os secretários da Fazenda Dário Durigan e Guilherme Melo também integraram o grupo, junto com a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior. Haddad cancelou viagem que faria à Europa a pedido de Lula, após a disparada do dólar na semana passada. A mudança de planos veio na esteira da pressão pelo avanço da proposta de revisão de gastos, que a equipe econômica prometeu definir após as eleições municipais.

Antes da reunião, o ministro afirmou que as medidas “têm várias definições muito adiantadas” e que o anúncio depende de Lula, mas sinalizou que deve acontecer nos próximos dias. “O presidente passou o fim de semana trabalhando o assunto, pediu que técnicos viessem a Brasília para apresentar detalhes para ele. Penso que nós estamos na reta final”, destacou. A discussão sobre o pacote de corte de gastos já dura duas semanas. A equipe econômica tem se debruçado sobre o tema mas, até o momento, as medidas em estudo ainda não foram detalhadas, o que tem gerado nervosismo no mercado financeiro.

“Minha ida (à Europa) estava dependendo dessa definição, se seria nesta semana ou semana que vem que seriam feitos os anúncios. Como o presidente pediu para ficar e como as coisas estão muito adiantadas do ponto de vista técnico, eu acredito que nós estejamos prontos essa semana para anunciar”, afirmou Haddad. Um dos pontos em questão é uma forma de enquadrar certas despesas obrigatórias no limite de crescimento de gastos previsto no arcabouço fiscal, de até 2,5% acima da inflação. Entre as alternativas estudadas está criar mecanismos que acionam cortes automáticos das despesas obrigatórias se a arrecadação não atingir determinados valores. De acordo com técnicos a par das discussões, o limite para as obrigatórias com gatilhos de contenção seria uma forma de guiar as expectativas dos agentes econômicos.

As despesas obrigatórias representam 92% das despesas primárias. Existe uma expectativa sobre as despesas com Previdência, que representam a maior cifra de gastos da União. A equipe econômica já afirmou que desta vez o corte de gastos virá por meio de PEC (Proposta de Emenda à Constituição), o que depende da aprovação do Congresso.

### **Ofensiva contra cortes**

Na semana passada, os ministros da Educação e do Trabalho deram declarações polêmicas sobre uma possível contenção em suas respectivas pastas. Em meio às discussões, surgiram rumores de que o governo estaria considerando mudanças no seguro desemprego e na multa de 40% de demissão sem justa causa. Marinho afirmou que não havia sido consultado por outros integrantes do governo sobre a agenda de revisão de gastos e ameaçou pedir demissão caso a decisão não contasse com sua participação. Os gastos obrigatórios incluem benefícios previdenciários, assistenciais, folha de salários e benefícios como seguro-desemprego. “Se nunca discuti comigo, essas medidas não existem. Se eu sou responsável pelo tema trabalho e emprego (esse debate não existe), a não ser que o governo me demita”, disse a jornalista.

Já Santana, se posicionou durante a Reunião Global de Educação do G20 — grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana — dizendo ser “terminantemente contra” um



**CLIPPING**

DATA

05.11.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº

18 de

RESPONSÁVEL

Iris Helena

corte de gastos na área. No caso da educação, os principais programas afetados, no caso da educação, seriam o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC).

### **Expectativa do mercado**

Em meio às discussões do governo e na véspera da eleição norte-americana, o dólar registrou uma forte desvalorização ante o real. Ontem, a moeda norte-americana recuou 1,48%, cotada a R\$ 5,78. Apesar da tensão que envolve o resultado do pleito eleitoral nos EUA, o mercado interno reagiu positivamente ao anúncio de que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, permaneceria no Brasil.

Para o analista da Ouro Preto Investimentos, Bruno Komura, é preciso aguardar o resultado das negociações. “Lógico que esta sinalização (Haddad no Brasil) não é suficiente para mudar o humor do mercado, tanto que as condições que vimos hoje são parecidas com o fechamento da última quinta-feira. Precisamos ver mais medidas do que discursos atualmente, mas parece ter vontade do governo de melhorar a situação”, avalia. Na avaliação do sócio da GWX Investimentos, Ciro de Avelar, a expectativa é que o dólar se mantenha no patamar atual, acima de R\$ 5,70, durante esta semana, à espera do resultado das eleições nos EUA, que pode ser divulgado apenas no próximo fim de semana.

“Todo mundo está muito cauteloso ainda para os próximos dias, porque o dólar ainda pode subir bastante, dependendo do que acontecer com as eleições americanas. Se o anúncio dos ajustes fiscais não forem condizentes com a realidade do Brasil, ou com a execução de que esses cortes possam acontecer, a gente também vai ver uma fuga de dólares no país”, avalia o especialista. Ainda de acordo com o especialista, uma vitória de Kamala Harris pode significar uma probabilidade menor de valorização do dólar e aumento da inflação nos EUA. “Se o Trump for o vencedor, as medidas protecionistas que ele pretende implementar vão gerar inflação e juros mais altos nos Estados Unidos. Então isso vai acabar desvalorizando o real”, destaca.

### **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.11.2024 – PÁG. OPINIÃO**

#### **Desinformação em saúde na agenda do G20**

Precisamos estar atentos à disseminação de informações falsas, tanto intencional quanto não intencional, vista como um fator que pode ampliar as divisões sociais e políticas

*Valéria Mendonça*

Creio que tenha sido a primeira vez em que o tema da desinformação em saúde foi destaque nas atividades do Grupo de Trabalho de Saúde do G20, realizado na última semana no Rio de Janeiro com a presença de ministros de Estado, secretários e outras autoridades de saúde. A desinformação em saúde pode causar sérios e irreversíveis danos às pessoas, famílias e comunidades — esse, por si só, é um dos mais fortes motivos para que a pauta entre, de vez, na agenda global das lideranças em saúde e suas representações regionais, a exemplo da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

A abertura da reunião, realizada na última terça, 29 de outubro, contou com as presenças da ministra da Saúde, Nísia Trindade, e do diretor da Opas, Jarbas Barbosa, que deram o tom das preocupações em torno da temática, que figura no relatório Global Risks Report 2024, do Fórum Econômico Mundial, como um dos



principais riscos de curto prazo, especialmente nos próximos dois anos. Cabe lembrar que a integridade da informação já foi pauta da reunião do G20 que aconteceu em São Paulo, em 1º de maio, quando se destacou o combate à desinformação, o discurso de ódio e as ameaças às instituições públicas on-line.

No entanto, a desinformação em saúde ameaça a saúde das populações, não somente na vacinação, mas em todas as ações de saúde pública. Um fato que há tempos ganha reverberação na falta de confiança na ciência e nas instituições, gerando quedas na cobertura vacinal, a exemplo do que o Correio Braziliense registrou em 15 de outubro: "Cobertura vacinal infantil está abaixo da meta para três imunizantes. DF alcançou o objetivo em apenas dois imunizantes: BCG e hepatite B. No entanto, tríplice viral D2, febre amarela, varicela e hepatite A estão aquém do planejado" — assim

anunciava a reportagem.

Precisamos estar atentos à disseminação de informações falsas, tanto intencional (desinformação) quanto não intencional (misinformação), vista como um fator que pode ampliar as divisões sociais e políticas. Esse fenômeno é particularmente preocupante em um cenário global de polarização crescente e incertezas econômicas em que ainda se destacam as desigualdades de toda ordem, em particular, no cenário em que as questões de saúde enfrentam significativas transformações digitais. Desafios contemporâneos que margeiam a necessidade de promover o letramento digital junto aos profissionais de saúde e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), estimular a educação midiática em escolas que integram a rede do Programa Saúde na Escola (PSE) a fim de que possamos enfrentar a desinformação e seus efeitos, em pé de igualdade.

Nesse contexto, a integração do letramento midiático às estruturas educacionais é essencial para prover cidadãos, educadores, comunicadores, profissionais e gestores de saúde com habilidades básicas para navegar no complexo cenário das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação em Saúde (TDICS), a exemplo dos prontuários eletrônicos, big datas, m-health, wearables, entre outros. Fortalecer o pensamento crítico, para que todos possam analisar e discernir quanto às informações confiáveis em meio a potenciais processos de desinformação, tende a ser um dos caminhos para que possamos adotar decisões sobre nosso bem-estar e nosso autocuidado, baseados em decisão informada por evidências.

Recente pesquisa realizada pelo Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde da Universidade de Brasília (UnB) com 14.528 profissionais, sendo 11.697 agentes comunitários de saúde (ACS) e 2.831 agentes de combate às endemias (ACE), indica a importância de capacitar esses profissionais para lidar com a desinformação, melhorando seu letramento digital e suas competências em comunicação. Outros exemplos positivos também evidenciados pelo Projeto Escola Cidadã, no Distrito Federal, incluem a coprodução de campanhas de comunicação em saúde, como vídeos educativos ou artigos para blogs e redes sociais, permitindo o desenvolvimento de análise crítica e cocriação de conteúdo em parceria com a comunidade.

Uma estratégia eficaz para enfrentar a desinformação precisa envolver a colaboração entre profissionais de saúde e educadores. Enquanto os primeiros possuem o conhecimento técnico e científico necessário para avaliar a veracidade das informações e produzir conteúdo confiável, os segundos dominam técnicas pedagógicas que incentivam o pensamento crítico e a avaliação autônoma do conteúdo. Essa parceria permite unir o rigor científico a métodos pedagógicos eficientes, promovendo o letramento midiático e aumentando a consciência sanitária da população.

Ainda assim, os governos enfrentam desafios significativos para melhorar a resposta à desinformação em saúde. A rapidez com que informações incorretas se disseminam nas redes sociais exige uma detecção ágil e uma resposta imediata, o que representa um grande obstáculo. A prevenção da desinformação em saúde exige um esforço contínuo e coordenado entre governos, organizações de saúde, universidades, educadores e sociedade civil. Apenas com um compromisso integrado e investimentos em capacitação e tecnologias será possível construirmos um ambiente digital seguro, onde a informação baseada em evidências e a educação crítica sejam os alicerces da saúde pública.

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 05.11.2024 – PÁG. A6**

### **Lula consulta ministros de fora da área econômica sobre corte de gastos**

Nova reunião acontecerá nesta terça-feira, para que “outros ministérios também possam opinar e contribuir”

*Jéssica Sant'Ana /Renan Truffi /Guilherme Pimenta / Gabriela Pereira /Fabio Murakawa /Lu Aiko Otta*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu consultar ministros fora da área econômica sobre o pacote de corte de gastos que deve ser enviado ao Congresso Nacional para dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal, frustrando as expectativas de que o anúncio aconteceria na segunda-feira. Uma nova reunião acontecerá nesta terça-feira (5), para que “outros ministérios também possam opinar e contribuir”, de acordo com nota divulgada pelo Ministério da Fazenda.



A reunião de ontem no Palácio do Planalto com o presidente Lula durou pouco mais de três horas e contou com a participação dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Nísia Trindade (Saúde), Luiz Marinho (Trabalho) e Camilo Santana (Educação).

Foi a primeira vez que os ministros fora da área econômica participaram das reuniões envolvendo o pacote de corte de gastos. Até semana passada, os encontros estavam acontecendo apenas entre Fazenda e Casa Civil, além de Lula. O objetivo era blindar o pacote de vazamentos. Nenhum ministro falou após a reunião. A Fazenda divulgou uma nota dizendo que, no encontro, o quadro fiscal do país foi “apresentado e compreendido, assim como as propostas em discussão”. Nenhuma medida foi anunciada.



**CLIPPING**

DATA  
05.11.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
21 de

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Pela manhã, Haddad disse que a reunião de segunda-feira à tarde seria para “finalizar” as medidas, que já estariam “muito adiantadas do ponto de vista técnico”. Ele também havia mencionado apenas a Casa Civil como participante. O Valor apurou que o ministro Rui Costa, a pedido do presidente Lula, chamou os chefes das áreas da Saúde, Educação e Trabalho para participar das discussões. As três pastas estão entre as que possuem políticas públicas que deverão ser afetadas pelas medidas de corte de gastos.

A equipe econômica discute a possibilidade de incluir no pacote a reformulação do abono salarial e do seguro-desemprego, sobre os quais o ministro Marinho já se posicionou contra, ameaçando pedir demissão caso não fosse consultado a respeito. No caso da educação, a ideia costurada pela equipe econômica é aumentar a parcela do Fundo de Educação Básica (Fundeb) nos gastos mínimos de educação, o que diminuiria o aporte de recursos fora do fundo necessário para cumprir a regra. Hoje, esse limite é de 30%. Também há discussões sobre o piso da saúde.

A ideia central do pacote de corte de gastos, segundo apurou o Valor, é limitar as despesas obrigatórias ao mesmo limite de crescimento permitido pelo novo arcabouço fiscal - expansão anual de até 2,5% acima da inflação. Até semana passada, havia uma discussão se esse limite valeria para todas as despesas, o que incluiria Previdência, ou apenas para um conjunto específico. Em ambos os casos, caso o teto seja ultrapassado, medidas de contenção de gasto seriam acionadas - estas incluiriam a reformulação dos programas sociais e, talvez, dos pisos. Abono salarial, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o seguro-desemprego, o seguro-rural e o seguro-pescador estão na lista de programas que podem ser afetados.

Uma nova reunião acontecerá nesta terça-feira. O governo não informou quais ministros participarão. A Fazenda disse apenas que “outros ministérios serão chamados pela Casa Civil”. Entre os afetados e que não estiveram presentes nessa segunda, estão Carlos Lupi (Previdência), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Carlos Fávaro (Agricultura). Dias respondeu ao Valor que, até à noite de segunda, não havia sido convocado. Mesma situação de Lupi, segundo sua assessoria. Fávaro não retornou o contato.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 05.11.2024 – PÁG. E1**

### **Comissão de juristas propõe regras para litígios estruturais**

Anteprojeto elaborado por grupo de 22 especialistas foi aprovado e será entregue ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

*Flávia Maia*

Cada vez mais comuns na Justiça brasileira, os litígios estruturais - conflitos com impacto a um grupo de pessoas que podem resultar em novas políticas públicas - entraram no radar do Senado. O Poder Legislativo quer critérios objetivos de atuação do Judiciário nesse tipo de disputa, que pode envolver desde acidentes de trabalho e busca por vagas em creches até letalidade policial, combate a incêndios criminosos e melhorias tanto na vida da população carcerária quanto de pessoas em situação de rua e indígenas.

Mesmo com o crescimento dessas demandas no Judiciário, ainda não há regras específicas que instrumentalizem esse tipo de processo, até por ser um movimento relativamente novo no Brasil. No



Supremo Tribunal Federal (STF), o primeiro caso considerado estrutural analisado foi o que discutiu a situação carcerária do país, no ano de 2015. Na semana passada, o relatório final do anteprojeto sobre o assunto, elaborado por uma comissão de 22 juristas, foi aprovado. Ele deve ser entregue ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), até o dia 12 de dezembro. O texto pode sofrer alterações no curso do processo legislativo. Representantes da comissão de juristas defendem que a lei não pretende regular a atuação do Supremo.

Um dos responsáveis pelo anteprojeto e relator da comissão no Senado é o desembargador federal Edilson Vitorelli - estudioso do assunto e com experiência em processos estruturais, como o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), onde atuou como procurador da República. O ex-procurador-geral da República, Augusto Aras, preside a comissão no Senado. Os litígios estruturais vêm crescendo no Brasil na medida em que não há uma política pública ou privada estabelecida ou ela mostra-se ineficiente, segundo Vitorelli. Como são processos contínuos e com demandas que atingem distintos setores sociais, há críticas de políticos e especialistas de que o Judiciário estaria atuando fora de suas atribuições.

Outra corrente de especialistas defende que essa tendência de litígios estruturais ocorre em todo o mundo e é uma forma de evitar a litigância repetitiva. Inclusive, o termo “litígios estruturais” foi criado nos Estados Unidos, na década de 1950, após o caso *Brown v. Board of Education*, em que a Suprema Corte obrigou o fim da segregação racial nas escolas americanas. O anteprojeto de lei do Senado define, por exemplo, o que são os problemas estruturais a serem enfrentados pelo Judiciário: “são aqueles que não permitem solução adequada pelas técnicas tradicionais do processo comum, individual ou coletivo”. Eles se caracterizam por elementos como complexidade, impacto social, intervenções duradouras e interferência no modo de atuação da instituição público ou privada.

O anteprojeto estabelece que o processo estrutural seja orientado pelo diálogo entre o juiz, as partes e demais interessados - entre eles os potenciais impactados pela decisão. O texto prevê a realização de consultas e audiências públicas e outras formas de participação direta e indireta no curso do processo. O Supremo vem enfrentando a multiplicação dos processos estruturais na Corte, principalmente por meio de um tipo de ação chamado Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), na maioria das vezes, ajuizada por partidos políticos. As respostas que o STF vem dando a esses conflitos têm recebido críticas de especialistas e parlamentares sobre o excesso de intervenção do Judiciário.

São litígios em que o STF determinou a implantação de câmeras nas fardas de policiais do Rio de Janeiro; proibiu a remoção e o transporte compulsório de pessoas em situação de rua; mandou que o governo elaborasse planos de trabalho para combate a incêndios criminosos; melhorias na situação da população carcerária do país; e cuidados com a saúde da população indígena. Embora o Supremo venha protagonizando esse tipo de litígio, em um primeiro momento, a atuação da Corte foi deixada de fora do projeto de lei do Senado. O foco está nas instâncias iniciais via ação civil pública. Assim, por enquanto, a proposta não “diminui” o poder do STF. No entanto, Vitorelli acredita que a lei possa ser usada como parâmetro.



## CLIPPING

DATA  
05.11.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
23 de

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

“É uma lei que está pensando nas ações que tramitam em primeiro grau, não nas ações que tramitam no Supremo. Agora, há ações dessa natureza que também tramitam no Supremo, então é claro que uma vez que a lei exista e seja aprovada, ela eventualmente poderia servir de parâmetro para a atuação do Supremo. Mas ela não pretende regular a atuação do Supremo”, afirmou. Na avaliação de Vitorelli, a lei pode, inclusive, impedir que ações estruturais cheguem ao STF. “Fato é que muitas dessas causas que estão no Supremo poderiam não estar. Estão no Supremo por acidente porque não são causas inerentemente da competência do Supremo.”

O jurista cita, por exemplo, a questão das queimadas, de relatoria do ministro Flávio Dino. “A ação só está no Supremo porque foi proposta uma ADPF. Mas não tem um lugar da Constituição que diga que queimadas são da competência do Supremo”, disse. Sem regulamentação, segundo Vitorelli, não existem regras como quem classifica o processo como estrutural - o juiz, a parte ou terceiro interessado. “Quem pode ser convocado a participar da construção da resolução no Judiciário? E, principalmente, quando ele deve acabar, afinal, são problemas contínuos.” O desembargador cita o caso da ADPF sobre letalidade policial no Rio de Janeiro, em que ainda não está claro no STF quando o processo irá acabar e se vai persistir até o fim da violência policial.

Pelo anteprojeto, tanto o autor da ação quanto terceiros interessados ou mesmo o juiz podem indicar o caráter estrutural do processo. O texto também prevê a elaboração de planos com metas, indicadores e cronogramas com prazos razoáveis. Ainda de acordo com o texto atual, o juiz não terá apenas o papel de julgar. Terá que articular soluções entre os envolvidos e elaborar um plano de trabalho para acompanhar o cumprimento da decisão. Ele poderá delegar funções decisórias e executivas para outras entidades. Por exemplo: no caso de uma infração em terra indígena, pode pedir que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) oriente a elaboração de um plano para corrigir o problema.

### **TJMG suspende recuperação judicial do Grupo Patense**

Laudo de constatação prévia. deve comprovar a viabilidade financeira da fabricante de rações animais, que acumula dívidas de R\$ 1,4 bilhão

*Marcela Villar*

A recuperação judicial do Grupo Patense, fabricante de rações animais, está suspensa por falta de documentação. Uma decisão do desembargador Tiago Gomes de Carvalho Pinto, da 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), determinou a interrupção do processo até que seja entregue o laudo de constatação prévia. Segundo ele, a empresa não entregou os documentos necessários para se comprovar a viabilidade financeira do grupo, que acumula dívidas de R\$ 1,4 bilhão.

O desembargador acatou recursos do Banco CNH Industrial e do Banco Mercedes Benz do Brasil, que alegam um desvirtuamento da reestruturação. De acordo com eles, a maior parte da dívida do grupo é com instituições financeiras e seria extraconcursal - isto é, não deveria estar submetida ao processo. E que o crédito deles é uma cédula bancária garantida por alienação fiduciária, que não pode ter os descontos previstos no acordo com credores.

Segundo advogados, o artigo 49, parágrafo 3º, da Lei de Recuperação Judicial e Falência, a nº 11.101/2005, dá uma prioridade a esse tipo de crédito. Diz que ele “não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais”. A exceção, porém, vem no final do dispositivo, que veda o levantamento da garantia se for bem de capital essencial à atividade produtiva da empresa em reestruturação durante o “stay period”, prazo de 180 dias em que as ações e execuções estão suspensas.

Acontece que o Grupo Patense declarou que todos os bens são essenciais, mas não indicou quais são esses ativos, o que também foi determinado pelo desembargador. Na visão dele, a informação deveria ter sido apresentada já no pedido inicial - que ocorreu em junho - e ter sido solicitada pelo juízo de 1º grau “sob pena de se prostrar, desarrazoavelmente no período de blindagem, a proteção legal sob bens que não se enquadram no que a legislação visou tutelar” (processo nº 100 00.24.302.906-3017).

O grupo também não enviou à Justiça, cinco meses depois de concedida a liminar que antecipa os efeitos da recuperação judicial, as declarações de Imposto de Renda dos sócios e a comprovação de que os produtores rurais exercem atividade por mais de dois anos. Ao todo, 12 empresas e nove produtores rurais estão no polo ativo da ação. Segundo o Banco CNH Industrial, os registros dos produtores foram feitos às vésperas do ajuizamento da ação, cerca de um mês antes. Por todos esses motivos, o relator dos recursos envolvendo o Grupo Patense no TJMG, o desembargador Tiago Pinto, determinou que a constatação prévia seja feita. Para o magistrado, é “um importante mecanismo na recuperação judicial, servindo como filtro para evitar-se recuperações judiciais ineficientes e fraudes contra os credores” e evitando-se “situações desarrazoáveis, inadequadas e fora do figurino legal no que toca ao processamento de recuperações judiciais, por vezes inúteis ou abusivas”.

Pinto ainda diz que “não tem se passado despercebido a este relator a eloquente alegação, por parte de todos os credores, de potencial desvirtuamento da recuperação judicial, além de se constatar a pouca evolução da referida ação recuperacional”. O atual cenário econômico, acrescenta, exige “redobrada cautela e um acompanhamento diferenciado por todos os sujeitos do processo - fatores estes que revelam a plena necessidade de transparência e efetiva demonstração da realidade econômica e documental, à luz da legislação regente”.

João Leonel Filho, sócio do Gabardo & Terra Advogados Associados, que representa os bancos CNH e Mercedes Benz no caso, diz que os produtores rurais constam como devedores solidários nos contratos firmados com as instituições financeiras, de modo que inseri-los na ação poderia ser apenas uma estratégia para evitar a cobrança da dívida. “Esses devedores solidários estão indo para o polo ativo só para evitar prosseguirem com a execução contra eles ou são realmente produtores rurais?”, indaga. Ele destaca a importância do instituto de recuperação judicial para preservar as empresas e empregos. “Mas temos que zelar para que não haja abusos”, completa o advogado, indicando que a falta de documentação “deve ser apurada”. Gabardo Filho, que fez a defesa com a advogada Adiel Naiara Martins, destaca que “não é razoável” que todos os bens do Grupo Patense sejam declarados essenciais. “Se uma empresa está em dificuldades, por questão de mercado, não tem como permanecer com a mesma estrutura”, acrescenta.



O advogado Luiz Fernando Paiva, sócio de Reasset Investimentos em Ativos Estressados e membro do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências do Conselho Nacional de Justiça (Fonaref-CNJ), diz que não cabe analisar se os credores financeiros são extraconcursais agora. “Eles vão poder cobrar fora da recuperação e o devedor, ao elaborar o plano de recuperação, tem que demonstrar que vai ter condições de pagar”, afirma. Paiva lembra que a constatação prévia, criada pela reforma da lei de insolvência, a nº 14.112/2020, deve verificar apenas as “reais condições de funcionamento da empresa e da regularidade documental, vedado o indeferimento do processamento da recuperação judicial baseado na análise de viabilidade econômica”. E que não é problema que a maioria dos credores sejam bancos, pois é preciso analisar se há alienação fiduciária. “Não é uma diferenciação por credor, mas por tipo de garantia.”

Na visão da advogada e administradora judicial Cybelle Guedes Campos, sócia do Moraes Jr. Advogados, as empresas não podem dar uma declaração genérica sobre a essencialidade dos bens. E é preciso fazer uma análise de cada contrato financeiro para ver se estão dentro ou fora da recuperação. “É preciso entender de fato se tem garantia e se essa garantia ainda existe, porque se se esvaiu, o crédito se torna sujeito. Então tem uma série de particulares”, afirma.

Essa análise será feita pelo administrador judicial, que consolidará a lista de credores, que pode ser impugnada. Cybelle também chama a atenção que tanto a Justiça de Minas Gerais quanto a de São Paulo são mais “firmes” na exigência de uma documentação completa, principalmente de produtores rurais, determinando o retorno do processo para ser feita a constatação prévia. “O habitual é que se determine a emenda à inicial”, diz. O laudo deve ser entregue até o fim desta semana pelo administrador judicial do caso, Daniel Thiago. Procurado pelo Valor, o Grupo Patense não deu retorno até o fechamento da edição.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.11.2024 – PÁG. E2**

### **IA: a chave para reduzir a insegurança jurídica**

A adoção de tecnologias que potencializam a atuação do profissional do direito se torna cada vez mais indispensável na era da hiperconectividade

*Danilo R. Limoeiro e Daniel Marques*



O Brasil possui o sistema jurídico mais complexo do mundo. São mais de 84 milhões de processos judiciais, com 30 milhões de novos processos por ano, 28 mil normas tributárias ativas e inacreditáveis 75% do PIB em disputas apenas na área tributária. Esse cenário cria um ambiente de insegurança jurídica que afeta o desenvolvimento econômico do país. Recentemente, o Congresso aprovou uma reforma tributária inédita, um passo importante para simplificar o emaranhado de normas tributárias. No entanto, a regulamentação da reforma

ainda é incerta, e decisões judiciais inesperadas, como a suspensão da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), podem desestabilizar o planejamento tributário de empresas, exacerbando a insegurança jurídica.



**CLIPPING**

DATA  
05.11.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
26 de

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

A incerteza legislativa e judicial contribui para a degradação da segurança jurídica no Brasil. Em um país onde, como dizem, até o passado é incerto, a necessidade de estabilidade é urgente. Novas tecnologias, como a inteligência artificial (IA), emergem como solução. Algoritmos de IA e técnicas estatísticas avançadas podem analisar milhões de decisões judiciais, identificar padrões e apresentar tendências nos julgamentos, ajudando a prever resultados futuros e a diminuir a incerteza. Atualmente, ferramentas desenvolvidas por startups brasileiras já conseguem usar IA para reduzir a insegurança jurídica. Essas ferramentas conseguem capturar e tratar um número gigantesco de decisões judiciais - na casa de dezenas de milhões - e utilizando IA, transformar dados que eram simplesmente um emaranhado de textos desestruturados em bases de dados estruturadas que, a partir de então, podem ser analisadas pela inteligência artificial, gerando informações importantes para a tomada de decisões.

A IA consegue encontrar padrões e tendências jurisprudenciais que são imperceptíveis a olho nu e que fazem toda a diferença para o custo de compliance das empresas. Por exemplo, em um caso de uso específico, uma solução indicou que um litígio pela via administrativa, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), embora seja menos custoso e mais rápido, tem a probabilidade quatro vezes maior de ter um resultado desfavorável ao contribuinte. Segundo a IA, a estratégia de contencioso mais indicada é pela via judicial, onde ele teria probabilidade maior de ganho, embora tivesse que esperar mais. Ao ajudar advogados e empresas a entenderem melhor o provável desfecho de seus casos, a IA jurídica permite uma visão mais clara dos riscos, incertezas e custos.

*Mas ainda sobra a questão de decisões emblemáticas de Cortes superiores. Diferentemente de várias decisões repetidas por diversos magistrados nas instâncias inferiores, o atributo especial desse tipo de decisão judicial é que ela é única, não possui uma série histórica pela qual a IA poderia identificar padrões.*

Ainda nesses casos, a tecnologia continua sendo útil, especialmente se combinada com o conhecimento coletivo dos profissionais do setor jurídico brasileiro. Utilizando técnicas avançadas de análise preditiva coletiva, uma metodologia aplicada para prever situações críticas, como probabilidade de ataque terrorista ou necessidade de leitos hospitalares durante a pandemia, uma startup brasileira previu com uma acurácia superior a 80% os principais julgamentos da área tributária no STF e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Através da agregação das previsões de centenas de advogados, a técnica minimiza vieses individuais e aumenta significativamente a precisão das previsões, dando maior previsibilidade para eventos de alto impacto.

Por exemplo, no debate sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da CPRB, a análise preditiva indicou um resultado desfavorável ao contribuinte, confirmado quando a decisão foi finalizada em junho de 2022. Mas ainda mais relevante foi o julgamento da ADI 4.980, a respeito da inconstitucionalidade artigo 83 Lei nº 9430/96. Na ocasião, 65,9% dos respondentes declararam que a decisão seria favorável ao contribuinte, o percentual aumentava em 30% quando agregamos o peso proporcional dos anos de experiência dos respondentes. Em fevereiro deste ano, a Corte superior confirmou o que a junção entre tecnologia e saber comum já havia antecipado e julgou constitucional o referido artigo.

A adoção de tecnologias como a inteligência artificial é crucial para reduzir a insegurança jurídica no Brasil. Ao trazer maior previsibilidade e transparência ao sistema jurídico, essas ferramentas promovem um ambiente de negócios mais estável e favorável ao crescimento econômico. Quando acumulado com o saber coletivo ou individual dos profissionais da área, os resultados são ainda mais impressionantes. A

inteligência artificial permeará em algum grau todas as tecnologias usadas atualmente gerando uma maior eficiência e assertividade na Justiça, permitindo a análise e extração de informações essenciais para a tomada de decisão. Diminuirá a assimetria da informação, democratizando o acesso, aumentando a transparência. A adoção de tecnologias que potencializam a atuação do profissional do direito se torna cada vez mais indispensável na era da hiperconectividade. Investir nessas tecnologias é essencial para transformar o caos em ordem e construir um futuro mais seguro e próspero para todos.

## **DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB**

### **Dia 05 de novembro – Dia Nacional da Língua Portuguesa**

O Dia Nacional da Língua Portuguesa é celebrado anualmente em 5 de novembro no Brasil. Atualmente, a língua portuguesa é o 5º (quinto) idioma mais falado do planeta.

### **Origem do Dia Nacional da Língua Portuguesa**

No Brasil, o Dia Nacional da Língua Portuguesa foi criado a partir do decreto de lei nº 11.310, de 12 de junho de 2006, estipulando a celebração para o dia 5 de novembro. A escolha desta data é uma homenagem ao escritor e político brasileiro Ruy Barbosa, que nasceu em 5 de novembro de 1849, e é considerado um grande estudioso da língua portuguesa.



São Paulo, por exemplo, é considerada a cidade com maior concentração de falantes de português em todo o mundo. Por este motivo, a capital paulista abriga o Museu da Língua Portuguesa. Nesta data os países do espaço lusófono procuram desenvolver atividades que ajudam a promover a cultura do idioma português pelo mundo. Outra data que também celebra a Língua Portuguesa é 10 de junho, comemorada principalmente em Portugal (o berço do idioma português). A escolha desta data é uma homenagem ao icônico poeta Luiz Vaz de Camões, o autor de Os Lusíadas, que faleceu neste dia em 1579.

### **Quais países falam português?**

Não são só o Brasil e Portugal que utilizam a língua portuguesa. Devido às colonizações, o idioma passou a ser falado em diferentes partes do mundo, e hoje totaliza mais de 280 milhões de falantes, fazendo parte das línguas oficiais da União Europeia, do Mercosul, da União das Nações Sul-Americanas e da União Africana.

### **Os 9 países que falam português são:**

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal São Tomé e Príncipe  
Timor-Leste